

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Formato ISO

NASCIMENTO, Alexandre do. **Universidade: Vamos fazer essa reforma.** Rio de Janeiro: Revista Global, Número 4, 2004.

Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **Universidade: Vamos fazer essa reforma.** [citado dd/mm/aaaa]. Disponível na World Wide Web: <http://www.alexandrenascimento.com>.

UNIVERSIDADE: VAMOS FAZER ESSA REFORMA

Alexandre do Nascimento

“Apesar de você, amanhã há ser outro dia...”, diz a famosa canção de Chico Buarque. No Brasil de hoje, da mesma forma podemos afirmar que apesar de todos os constrangimentos políticos e econômicos e do conservadorismo corporativista de direita e de esquerda, é possível promover processos de universalização de direitos. Os movimentos sociais afirmam, e às vezes mostram, o que deve e pode ser feito; e o governo (reconhecendo que diante da crise dos tradicionais caminhos *Estado* ou *Mercado* não há modelo de desenvolvimento a ser seguido, que para que haja democracia é preciso *praticar democracia* e, fundamentalmente, reconhecendo o caráter constituinte dos movimentos) pode mobilizar os recursos disponíveis (leis, orçamentos, pessoal, conhecimentos, estruturas) para implementar ações importantes para o desejado processo de constituição material da democracia expresso na nas urnas da última eleição presidencial.

O que significa isso? Significa que é preciso entender, por exemplo, que o emprego não é mais necessariamente a porta de entrada para a cidadania, pois não basta criar empregos, é preciso saber se os empregos criados efetivamente distribuem renda e universalizam direitos. Significa que no atual contexto é imperioso assumir como investimento ético políticas de massificação de renda, educação, comunicação e dispositivos de bem-estar, *a partir de baixo*. Significa que o acesso à cidadania é condição para o chamado desenvolvimento sustentável e não mais o contrário, a velha fórmula desenvolvimentista/neoliberal segundo a qual é preciso *crescer para dividir o bolo*. Infelizmente esse pensamento ainda persiste no governo - Carlos Lessa, presidente do BNDES, chegou a afirmar em artigo na Folha de São Paulo que Getúlio, Juscelino e

Geisel (sic) representam aquilo que deve ser *recuperado*. A igualdade não pode ser concebida como resultado de uma democracia que nunca foi praticada porque sempre foi *projeto*. Se a democracia passar a ser praticada, através de processos materiais de universalização de direitos, a igualdade deve ser vista como condição: condição material, não o “*todos somos iguais*” da nossa demagógica igualdade formal. O combate às desigualdades que fundaram a sociedade brasileira, e que foram aprofundadas no período desenvolvimentista e agravadas pelas políticas neoliberais, é o caminho da mudança desejada pela multidão de eleger Lula porque viu uma *alternativa*. É neste sentido que o reconhecimento dos movimentos passa a ser *fundamento*.

A proposta de reforma universitária é um exemplo. Nela está presente, nos discursos e nas diretrizes, o conceito de ação afirmativa - ação de afirmação e materialização de direitos. Tal conceito se consolidou e passou a ser aceito como um conceito importante para pensar políticas de combate às desigualdades e de democratização da educação em geral e do ensino superior público em especial. Não podemos esquecer que as ações afirmativas no Brasil têm um protagonista clássico: o movimento social negro; e também têm uma experiência concreta: o trabalho dos cursos pré-vestibulares populares. A existência desses movimentos já expressa a necessidade de uma reforma universitária. E o fato de o governo estar demonstrando alguma sensibilidade às lutas dos movimentos sociais dos que estão fora das estruturas e benefícios estatais indica que reconhecendo os movimentos como dinâmicas constituintes é possível praticar democracia. Havendo mais sensibilidade pode haver mais avanços democráticos.

A reforma universitária tal como está se configurando já é um avanço significativo, com todas as críticas que podemos fazer. Ela é uma tentativa de adequar o ensino superior às demandas das empresas e as imposições políticas e econômicas do comando imperial. Mas ela é, também, fruto da crescente demanda dos que estão fora e querem entrar, da luta do movimento negro, do movimento dos cursos pré-vestibulares populares, do movimento dos sem-universidade, da crise da representação sindical-corporativa e da emergência, ainda insipiente, de um movimento docente que prega a abertura da universidade à diversidade como o única forma de torná-la democrática e mais produtiva, pois diversidade não é só de raças ou culturas, é também de visões, preocupações, conhecimentos, temas de pesquisa, etc. Para esses movimentos pouco

interessa se a reforma está de direita ou de esquerda; o que importa é que ela seja capaz de tornar comum o ensino superior. Isso não deve passar despercebido, pois só tornando comum o ensino superior será possível barrar o avanço das instituições privadas, que são em sua maioria de má qualidade e não comprometidas com a democracia. Para as instituições privadas a atual universidade pública é muito lucrativa. Um desses frutos lucrativos é o Programa Universidade para Todos, que, como sabemos, vai “estatizar” vagas em instituições privadas para os estigmatizados sociais (negros, indígenas, deficientes, ex-presidiários, homossexuais, etc). Ou seja, as instituições privadas lucram não só com as imposições imperiais do FMI e Banco Mundial; elas lucram também com a *gestão do público para interesses privados* muito praticada no Brasil, não só por tecnocratas do desenvolvimentismo e do neoliberalismo, mas também pela nossa tradicional burguesia, que inclui a burguesia acadêmica (de direita e de esquerda) que usa o argumento do mérito para defender a “qualidade” do ensino superior “público”. O surgimento, no Rio de Janeiro, de um movimento que se intitula *movimento cotas não*, é algo significativo: os parasitas beneficiários da gestão privada e racista do que deve ser público, mesmo que de forma inconsciente, temem em perder o que sugam do resultado do trabalho comum. Isso, por si só, mostra que a proposta de reforma tem algo de bom.

Quanto mais a reforma abrir-se aos movimentos dos que querem romper as barreiras sociais e raciais do ensino superior brasileiro, mais será capaz de reduzir as desigualdades e promover desenvolvimento. Por isso é fundamental a incorporação das políticas de ação afirmativa propostas pelos movimentos dos que estão fora, como cotas, programas de permanência, bolsas para os estudantes mais pobres, oferta de vagas em horário noturno, ocupação dos espaços vazios em nome da qualidade. Tais políticas podem ensejar uma recomposição social e racial das nossas instituições, ajudando, por exemplo, a construir uma cultura diferente daquela que produz policiais que matam dentistas negros por que, na cultura brasileira, “negros não parecem ser dentistas”, assim como “negros em shopping centers não parecem ser pessoas que possam estar ali para comprar”. A reforma universitária é um importante avanço no sentido da universalização do ensino superior, e mostra que *é possível praticar democracia apesar dos constrangimentos do G8, do FMI, da OMC e tutti quanti*. Combater as desigualdades é universalizar direitos.